

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA PRÁTICA VOLTADA À CIDADANIA COM ÊNFASE NO SISTEMA MONETÁRIO

Irma Tamanho Sartori¹

Lígia Wilhelms Eras²

Graziela Sombrio³

RESUMO:

As pessoas jovens, adultas e idosas com deficiência intelectual moderada que frequentam as instituições de Educação Especial muitas vezes são desacreditadas, consideradas incapazes de aprender, tratadas como infantis. Este trabalho investigou estratégias de aprendizagens utilizadas pelos professores sobre Educação Financeira na Educação Especial: uma prática voltada à cidadania com ênfase no sistema monetário, objetiva o desenvolvimento dos alunos, seu progresso e superações em um processo de inclusão no ambiente educacional e social. A pesquisa teve como instrumento de coleta de dados, questionário aplicado aos professores através de formulário Google Forms⁴ referentes às práticas pedagógicas que estes profissionais utilizam no ensino básico da matemática financeira, nas turmas de Serviço de Atendimento Específico (SAE), do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAESP) de Ponte Serrada – SC, buscando reconhecer estratégias e práticas sociais com resultados positivos no processo educacional bem como a sistematização do fazer pedagógico na instituição. Através da pesquisa é possível perceber que a escola está cumprindo com os objetivos propostos, porém faz-se necessário o apoio da família, para que a aprendizagem referente ao sistema monetário como prática social continue apresentando resultados positivos em prol das pessoas com deficiência intelectual e se ampliem para as relações sociais, na família e na comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Financeira; estratégias e práticas pedagógicas e sociais; autonomia; Pessoa com Deficiência Intelectual.

¹ Pós-graduanda do curso de Pós-graduação em Concepções Multidisciplinares de Leitura do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC, Câmpus Xanxerê. tamanhosartoriirma@gmail.com

² Docente de Sociologia do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC, Câmpus Xanxerê e orientadora do artigo. ligia.eras@ifsc.edu.br

³ Docente de Matemática do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC, Câmpus Xanxerê e co-orientadora do artigo. graziela.sombrio@gmail.com

⁴ Google Forms - O Google Forms é um serviço gratuito para criar formulários online. Foi utilizado para produzir a pesquisa de múltipla escolha e questões discursivas de maneira anônima. A ferramenta foi ideal para a devolutiva do questionário referente ao tema.

1. INTRODUÇÃO

O Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAESP), mantido pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Ponte Serrada - SC, presta um serviço de grande importância para o Município, para as pessoas com deficiência intelectual e/ou atraso neuropsicomotor e às suas famílias, uma vez que é a maior instituição que atende esse público nos aspectos pedagógicos. Estão matriculados em agosto de 2020, sessenta e quatro (64) alunos, sendo atendidos por um corpo docente efetivo de 10 (dez) professores, além de um professor de Artes e dois professores de Educação Física. A equipe ainda é formada por equipe administrativa, orientação escolar, equipe clínica, motorista, cozinheira e agente de serviços gerais.

A presente pesquisa, realizada no ano de 2020, investigou as estratégias pedagógicas e possibilidades da educação financeira para as pessoas jovens, adultos e idosos com Deficiência Intelectual Moderada, considerando o sistema monetário como prática social, no processo de ensino e aprendizagem no CAESP de Ponte Serrada – SC. Ciente de que as pessoas com deficiência intelectual, muitas vezes estão excluídas das práticas sociais que envolvem o conhecimento e o uso do dinheiro, como fator de independência e autonomia, faz-se importante pesquisar como estes alunos desenvolvem a aquisição do conhecimento monetário brasileiro?

O objetivo da pesquisa refere-se à investigação de diferentes estratégias e práticas pedagógicas que possibilitam aos alunos com deficiência intelectual, a aprendizagem do sistema monetário e uso do dinheiro como uma prática social, bem como dificuldades apresentadas pelos mesmos. Para atingí-lo fez-se necessário fazer um levantamento dos sujeitos da pesquisa e a relação que possuem com o dinheiro, com o sistema monetário, seu uso social e o reconhecimento de notas e moeda, bem como levantar dados referentes às dificuldades apresentadas pelos educandos no olhar dos sujeitos da pesquisa; analisar quais as práticas educacionais que os professores do CAESP utilizam no ensino básico da matemática financeira e elaborar uma proposta de mudança e/ou ampliação das práticas pedagógicas e sociais que favoreçam a autonomia das pessoas com deficiência intelectual moderada.

Considerando que a maioria dos alunos com deficiência intelectual moderada, da APAE de Ponte Serrada - SC não reconhece e nem faz uso de dinheiro, entende-se que é uma necessidade destas pessoas utilizarem e administrarem o sistema monetário, alcançando maior autonomia e independência, uma vez que os pais ou responsáveis nem sempre propiciam acesso ao dinheiro às pessoas com deficiência intelectual.

A pesquisa nos possibilitou reconhecer a utilização de diferentes estratégias pedagógicas, materiais didáticos no CAESP em atividades práticas e diárias nos últimos anos, o aumento do acesso dos alunos aos conceitos e conteúdos, também dificuldades da Educação Financeira.

A escola através de planejamentos e ações está oportunizando voz e vez aos educandos, porém precisa da família para ampliar os resultados positivos. A apresentação dos resultados da pesquisa à equipe escolar, pais e/ou responsáveis poderá ampliar o envolvimento dos alunos nas relações de compra e venda para além da escola, bem como a compreensão do processo, uso e manuseio do dinheiro no contexto familiar e social, promovendo maior autonomia em suas escolhas e ações relacionadas ao tema.

Ao reconhecer as capacidades dos filhos, os pais e/ou responsáveis possibilitará aprendizagens e oportunidades, contribuindo e ampliando o potencial e desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual moderada do CAESP de Ponte Serrada no que se refere ao sistema monetário e o uso prático do dinheiro no cotidiano.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceituações de deficiência intelectual

Segundo a Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento – AAIDD (2010).

Deficiência Intelectual é uma incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo expresso em habilidades conceituais, sociais e práticas do dia a dia. Esta inabilidade se origina antes da idade dos 18 anos.

Segundo Anahi Guedes de Mello (2016, p. 2,3) no Brasil até 2012, não houve uma categoria analítica em língua portuguesa que pudesse expressar a “discriminação por motivo de deficiência”, indicando a invisibilidade social e política das pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, afinal:

como descrever os resultados perversos da ideologia da normalidade sobre os corpos com impedimentos? Como nominar as expressões da desigualdade sofrida pelas pessoas com deficiência no mundo do trabalho, nas escolas e nas relações interpessoais? (MELLO, 2016. p. 3267).

O que vivenciamos é o não acesso ao direito de ser quem são, das pessoas com deficiência. A elas é negado muitos direitos que seriam de todos em diferentes aspectos (político, econômico, social, cultural, educacional, civil) dificultando o reconhecimento e o direito à igualdade de oportunidades e aos bens e serviços. Inclusive por esses, que por sua vez, deveriam estar favorecendo a inclusão, e jamais julgando a pessoa com deficiência como incapaz.

O capacitismo segundo Mello (2016, p. 3267) “é um neologismo que sugere um afastamento da capacidade, da aptidão, pela deficiência”, baseado no conceito de normalidade, capacidades cognitivas e a um padrão pré-estabelecido pela sociedade no decorrer da história em uma relação de que precisa ser perfeito e apresentar um padrão de comportamento e funcionalidade para ser aceito, definindo as pessoas com deficiência como incapazes. Esse fato pode ser constatado pelos professores entrevistados de nossa equipe, em cujo cotidiano, que algumas famílias desconhecem as capacidades dos filhos, negando aprendizagens e oportunidades por não acreditar no potencial e desenvolvimento daquela pessoa que tem um diagnóstico. Isso pode acontecer, seja por ignorância, medo, negligência, ou até mesmo pela infantilização com que tratam o filho.

Mauricio et al. (2019, p. 160) identificou que “a pessoa com deficiência é vista de modo reducionista, como incapaz, desacreditada, assim assemelhando-se à faixa etária infantil”. Buscamos desconstruir esse pensamento junto com a escola e as famílias, mostrando através de ações práticas que seus filhos têm potencial, apresentam superação e podem sim aprender e se desenvolver. Para tal, precisam ser estimulados e encorajados à mudança, respeitadas em sua faixa etária, oportunizando voz e vez, como está ocorrendo em nosso CAESP.

2.2 Educação no contexto da Educação Social

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), em seu Artigo 1º, é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para as pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Já no Art. 6º, define que a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, garantindo o direito de casar-se, exercer direitos sexuais e reprodutivos, bem como ao número de filhos, tendo acesso à informação sobre planejamento familiar, a convivência familiar e comunitária em igualdade com as demais pessoas.

Gonçalves (2014, p. 100 apud MAURÍCIO, 2019, p. 159-160) focaliza a fragilidade da inclusão e pontua que “[...] no sistema capitalista tudo aquilo que foge à normalidade é considerado inferior”. Em nosso contexto, percebemos reflexos de uma sociedade que discrimina, exclui e marginaliza. As questões sociais e culturais são fatores que interferem em nossa realidade e no processo de desenvolvimento cognitivo das pessoas, bem como no conhecimento e uso do sistema monetário.

Gohn (2007), ao estudar a educação não-formal "no mundo da vida", desenvolvida junto a grupos sociais organizados ou movimentos sociais, chama nossa atenção para as questões das metodologias e modos de funcionamento. Por ser um dos aspectos mais relevantes do processo de ensino e aprendizagem ligados às pessoas com deficiência, é preciso aprofundar as pesquisas ao

redor dos movimentos sociais e cidadanias, uma questão a ser politizada num campo de lutas e garantias de direitos, inclusive às relacionadas à educação e ao preparo autônomo para a vida.

2.3 Jovens, adultos e idosos – desafios do fazer pedagógico

Conhecer a realidade, os sujeitos da pesquisa e estar incluído no processo de ensino e aprendizagem das pessoas jovens, adultas e idosas com deficiência intelectual, nos possibilitou um olhar atento às reais necessidades destes, bem como às metodologias e estratégias que poderão ser adaptadas, de modo individual e/ou coletivo para que os alunos se apropriem de conhecimentos relevantes para a vida.

Aprendemos em diferentes tempos, nos mais variados espaços, dependendo das vivências que nos são oportunizadas, dos estímulos, das intervenções de quem ensina e por quem aprende, nos espaços e convívios educacionais e sociais em que estamos inseridos.

As questões econômicas propiciam diferentes relações sociais entre os indivíduos, destacamos as relações de poder quando o benefício que pode ser assistencial e/ou previdenciário do aluno, em muitas famílias é o único recurso financeiro garantido no final do mês, para suprir as necessidades básicas. O limite de gastos e as escolhas são estabelecidos pelos responsáveis, que são mediadores entre o que o aluno ganha como benefício e o que é possível pagar com esse valor. Existem situações em que não é permitido aos alunos o contato direto com o sistema monetário, não participando dos momentos de compra, não manuseando o dinheiro, desconhecendo o valor monetário e a função que esse sistema representa na sociedade.

2.4 Conceituação de cidadania x autonomia

A cidadania requer, segundo Marshall (apud Barbalet, 1989, p. 107) “um sentido direto de inclusão numa comunidade, baseado na lealdade a uma civilização que é propriedade comum”. A cidadania é a capacidade dos indivíduos exercer seus direitos dentro de uma sociedade, direito à proteção, a participação política, à informação, entre outros, o que garante o exercício pleno de um conjunto de direitos em um processo democrático são as condições de igualdade e visibilidades ao poder e ao mundo, que confere aos cidadãos os direitos necessários para a vida com dignidade em sociedade.

A autonomia e a independência dos educandos se desenvolve quando lhes é oportunizado as condições para que progridam nas atividades da vida diária e na participação social. Criando um ambiente rico em oportunidades, diferentes estratégias socioeducacionais, de maneira natural por meio de habilidades funcionais busca-se quebrar as barreiras impostas, garantindo o aprendizado a

partir de experiências, apoios e suportes pedagógicos. As intervenções planejadas para o desenvolvimento das capacidades para a vida, o cuidado de si, a criação de vínculos familiares e sociais, em um fazer profissional comprometido, permitem a ampliação dos conhecimentos sobre a educação financeira aos alunos jovens, adultos e idosos do CAESP de Ponte Serrada.

Quando buscamos por uma educação voltada à cidadania com práticas sociais faz-se necessário buscar outros conceitos entre estes a interdependência de Debora Diniz (2003, p.30), que afirma “O cuidado e a interdependência são princípios que estruturam a vida social” referente ao modelo social de deficiência para entender a diferença e à diversidade humana, questão inerente ao ser humano. Há uma representação social acerca da deficiência das diferenças humanas e tem relação direta com os estudantes com deficiência intelectual moderada e severa que em alguns assuntos da vida precisarão de intervenções/mediações permanentes e talvez não sejam pessoas totalmente independentes e/ou autônomas. A sociedade capitalista entende que independência e autonomia são importantes e necessários e realmente em algum nível essas habilidades precisam ser incentivadas, desenvolvidas, mas todos nós estabelecemos vínculos de dependência ao longo da vida e em relação às pessoas com deficiência intelectual, o entendimento sobre as noções de interdependência podem significar maior participação e reconhecimento social.

2.5 O ensino do sistema monetário para pessoas com deficiência intelectual

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (2018), documento normativo que trata dos conhecimentos necessários para o desenvolvimento de competências gerais para o pleno exercício da cidadania, mundo do trabalho e soluções de questões cotidianas de forma plena, o sistema monetário brasileiro estabelece equivalências de um mesmo valor na utilização de diferentes cédulas e moedas, visando resolver e elaborar problemas que envolvam a comparação e o conhecimento de valores monetários do sistema brasileiro em situações de compra, venda e troca em uma proposta interdisciplinar nas dimensões cultural, social, política, psicológica e econômica nos níveis individual e social articulado com outros saberes (BNCC: 2018, p. 267).

Para os alunos com deficiência intelectual, aprender sobre educação financeira possibilita pesquisar, observar, fiscalizar, registrar, superar os conhecimentos, bem como a construção de conceitos para a vida, utilizando este conteúdo com função social nas práticas sociais, na resolução de situações simples do cotidiano destes estudantes como pagar contas de luz, água, mercado, tomar um sorvete, comprar uma roupa, etc.

A pesquisa no campo das estratégias e práticas pedagógicas utilizadas com os alunos com deficiência intelectual, referentes ao sistema monetário e uso do dinheiro, como uma prática social, faz-nos refletir sobre as relações estabelecidas socialmente sobre o tema. Segundo, Silva e Bazante

(2016, *apud* MELO, p.2), “[...] as pesquisas sobre o ensino de matemática para os alunos com deficiências ainda são tímidas”. O que observamos é uma relação de acomodação e dependência dos alunos com deficiência intelectual no que se refere aos seus direitos. Ao desconhecer esses direitos não participa do processo de utilização do dinheiro, não sendo ouvido quanto aos seus anseios e necessidades. Isso nos possibilita pensar em estratégias e intervenções onde o aluno se aproprie do conhecimento matemático de maneira prática.

Segundo Glat e Fernandes (2005), apesar das pesquisas e políticas educacionais em vigor abordarem o direito à inclusão social da pessoa com deficiência intelectual, essa tem sido excluída por ser considerada e tratada como doente mental e diagnosticada como incapaz de aprender. Isso evidencia a exclusão de indivíduos que não atendem aos padrões homogeneizadores da sociedade em diversos contextos sociais, entre estes, o acesso ao sistema monetário.

Ubiratan D’Ambrósio (2005, p. 107) enfatizando a Educação Matemática afirma que “A educação é a estratégia mais importante para levar o indivíduo a estar em paz consigo mesmo e com o seu entorno social, cultural e natural e a se localizar numa realidade cósmica. Se não logarmos isso, será uma educação fracassada.” O que observa-se é um gasto econômico de acordo com o espaço e a vida social onde as pessoas com deficiência intelectual estão inseridas. Cada família utiliza o dinheiro para suprir obrigações e necessidades como pagamento de luz, aluguel, água, alimentação e medicamentos. Sobra pouco ou nada para momentos de lazer como tomar um sorvete com o filho, comprar algo de sua preferência, como roupa, calçado e alimento.

Na sociedade contemporânea segundo Savoia, et al (2007, p. 1122), faz-se necessário o domínio de propriedades formais para a compreensão lógica das forças que influenciam o ambiente e as suas relações, por meio da educação financeira, entendida pelo autor como “um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais.” Integrando os indivíduos á sociedade, tornando-os mais atuantes e ampliando seu bem estar por meio destas capacidades. O sistema de ensino brasileiro não obriga o ensino da educação financeira, o tema aparece contextualizado entre as competências no processo de aprendizagem com ênfase na multidisciplinariedade, incentivo ao raciocínio e a capacidade de aprender.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A intencionalidade da pesquisa na prática pedagógica é baseada em autores que relacionam a importância da pesquisa como componente do trabalho docente. A prática docente requer uma atitude de reflexão sobre si mesma. Privilegia a abordagem qualitativa segundo Minayo (2012, p. 26), que fundamentou o projeto com questionário – segundo a autora “trabalho de campo”. Trata-se

também de uma pesquisa de caráter bibliográfico onde foi realizada a busca por diferentes autores e um diálogo que perpassa por documentos e obras relacionadas ao tema.

Foi utilizado como método a "pesquisa participante" que caracteriza-se, segundo Gil (2002, p. 6) pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas e, que busca o envolvimento da comunidade na análise de sua própria realidade e se desenvolve a partir da interação entre eu pesquisadora, ao participar deste campo de análise como professora da instituição e os demais membros das situações investigadas.

A pesquisa teve como instrumento de coleta de dados, o questionário aplicado aos professores, através de formulário google forms referente às práticas pedagógicas e estratégias que estes profissionais utilizam no ensino básico da matemática financeira, bem como dificuldades apresentadas pelos alunos nas turmas de SAE, do CAESP de Ponte Serrada – SC. Participaram da pesquisa 08 (oito) professores que atuam com quarenta e sete alunos (47) em seis (06) turmas. A pesquisa não exigiu identificação, sendo preservada a identidade e opinião dos participantes e os resultados obtidos serão apresentados para a equipe escolar, servindo de suporte para a sistematização do fazer pedagógico em nossa instituição e ampliação das práticas sociais.

3.1 Lócus da pesquisa

A pesquisa se deu no Município de Ponte Serrada, localizado no Oeste de Santa Catarina, pertencente à região da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), com uma área de 569,8 km². Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a estimativa populacional de 2015 era de 11.452 habitantes. Segundo Zatti (2017), “A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ponte Serrada - SC foi fundada em 18 de maio de 1985 por iniciativa da Administração Municipal e da comunidade local (ZATTI, 2017, p. 69)”. A autora pontua que a APAE é formada por uma diretoria composta por pessoas da comunidade e pais de pessoas com deficiência intelectual que gere e é a mantenedora do Centro de Atendimento Especializado Padre Adriano Temmink (CAESP) e da Clínica Jean Petuco.

3.2 Perfil dos profissionais da educação nos espaços da Educação Especial

Os professores pesquisados são todos efetivos na SED (Secretaria de Estado da Educação) cedidos para a FCEE (Fundação Catarinense de Educação Especial) por convênio assinado com as APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e atuam no CAESP (Centro de Atendimento Educacional Especializado) nas turmas de SAE (Serviço de Atendimento Específico).

No CAESP (Centro de Atendimento Especializado), busca-se desenvolver habilidades e

potencialidades cognitivas, de linguagem, autocuidados, bem como atividades de vida diária (AVD), atividades de vida prática (AVP) e atividades de vida autônoma e social (AVAS), objetivando uma formação humana e cidadã às pessoas com deficiência intelectual.

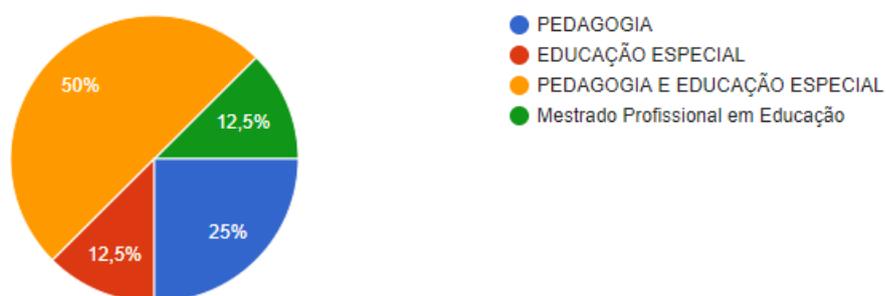
Foram atendidas neste ano de 2020, 06 (seis) turmas de SAE, sendo 05 (cinco) com bidocência, de acordo com a enturmação vinda da FCEE (Fundação Catarinense de Educação Especial) onde turmas com dois ou mais alunos com baixo nível funcional dá direito a dois professores. As turmas no geral são formadas por 8 a 10 alunos e são heterogêneas atendendo alunos com diferentes deficiências e síndromes, com níveis moderado a grave, acima de 18 anos, tendo uma quantidade significativa de alunos acima de 40 anos.

4. RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Através da coleta de dados utilizada através da plataforma Google Forms, foi aplicado um questionário aos professores que atuam no SAE, no CAESP de Ponte Serrada, a partir do qual podemos destacar pontos relevantes de análises.

4.1 Formação Acadêmica dos Profissionais Docentes

Gráfico 1 - Formação Profissional

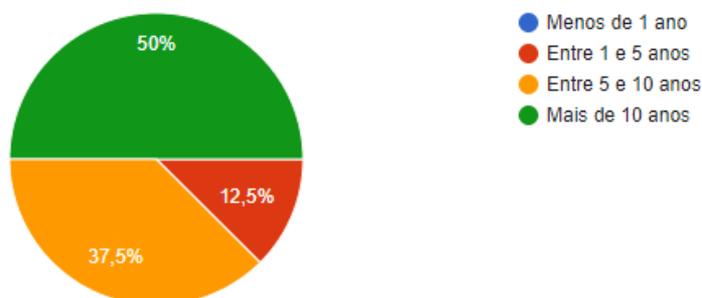


Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Constata-se que todos os professores têm formação pedagógica estando qualificados para a

função. Atuam na instituição (CAESP) há mais de cinco anos, o que caracteriza uma equipe que conhece a realidade da instituição e os alunos.

Gráfico 2 - Tempo de atuação no SAE



Fonte: Elaborado pela a/utora (2020).

No gráfico 2, visualizamos que metade dos professores atuam com alunos jovens, adultos e idosos há mais de dez anos. Devido ao tempo que atuam e a experiência profissional, os professores reconhecem habilidades, dificuldades e limitações que os alunos apresentam, bem como as estratégias que podem ser positivas e/ou negativas no processo de ensino e aprendizagem, pois como afirma D'Ambrósio (2020, p.18) “todo o conhecimento é resultado de um longo processo cumulativo de geração”.

4.2 Planejamento docente e fazer pedagógico

Os momentos para planejamento são pensados coletivamente com os professores do SAE (Serviço de Atendimento Específico) e orientação escolar no início do ano, com Base na Proposta Curricular de Santa Catarina (2014), Currículo Funcional Natural (2005), BNCC - Base Nacional Comum Curricular (2018), quando é elaborado o Planejamento Anual.

A cada semestre ocorre o estudo de caso de forma coletiva entre os professores de cada turma, equipe multidisciplinar, coordenação pedagógica e direção, buscando rever objetivos e estratégias de aprendizagens, comportamento, levantamento das dificuldades e possibilidades de intervenção em cada área, considerando as particularidades de cada educando.

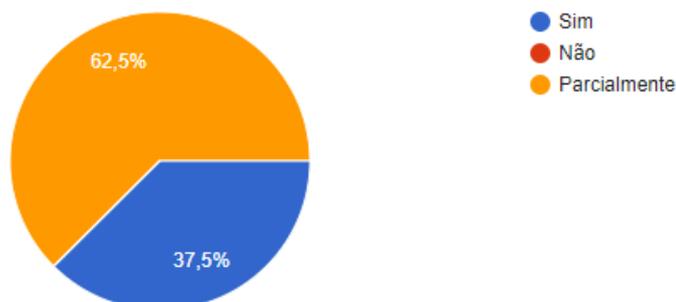
Mensalmente são revistos objetivos e estratégias que foram lançadas no Planejamento Educacional Individualizado (PEI) buscando analisar aspectos positivos e possibilidades de mudança. Semanalmente são pensadas e colocadas em prática ações pré-estabelecidas. Os planejamentos servem como ferramenta e base para aperfeiçoarmos e avaliarmos a nossa prática,

bem como os avanços observados e as necessidades específicas dos educandos, visando atender os objetivos pré-estabelecidos.

4.3 Compreensões sobre o ensino do Sistema Monetário

No CAESP de Ponte Serrada os professores trabalham há vários anos com base no Currículo Funcional Natural onde é possível perceber a importância dos conteúdos com função social, e entre estes o sistema monetário. São pensadas ações para a superação do aluno em suas dificuldades e objetivos a serem atingidos, bem como às intervenções individuais e coletivas que serão utilizadas e executadas, buscando aprimorar habilidades funcionais e cognitivas de acordo com a necessidade de cada educando referentes ao tema e aos demais conteúdos programáticos. Percebemos através da pesquisa que todos os professores consideram importante a aprendizagem do Sistema Monetário pelos alunos.

Gráfico 3 – Visão dos professores sobre a assimilação dos alunos quanto à utilização do dinheiro (valor real e o processo de comercialização)



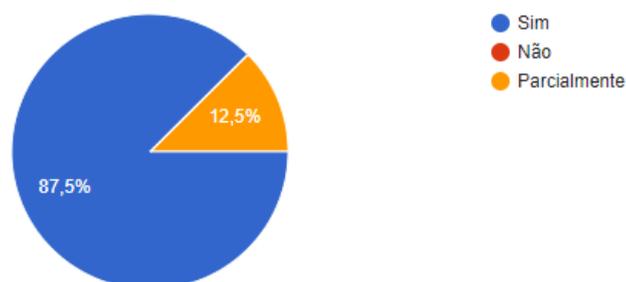
Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Observa-se no gráfico 3, que a maioria dos professores acreditam que os alunos compreendem a utilização do dinheiro, seu valor real e o processo de comercialização de maneira parcial (62,5%), o restante (37,5) acreditam que sim. Sendo pessoas com deficiência intelectual moderada a aprendizagem ocorre de maneira diferenciada, “alguns conhecem e fazem uso do dinheiro no dia-a-dia e outros não conseguem assimilar, só no momento da explicação. Logo já esquecem” (Professor 7).

No CAESP é possível constatar que quase a totalidade dos professores consegue relacionar o uso do dinheiro nas práticas pedagógicas em sala de aula e instituição, porém “os alunos apresentam

diferentes níveis de aprendizagens. Uns conhecem as moedas, outros moedas e cédulas, uns reconhecem o valor, outros identificam pela cor, número, etc” (Professor 1). “Em seus relatos na escola e quando saímos com eles para realizar compras no comércio, podemos perceber que eles têm conhecimento do quanto vale determinada mercadoria, se é bastante ou pouco, relacionando com o dinheiro que tem em mãos” (Professor 4).

Gráfico 4 - Relação e utilização do dinheiro nas práticas pedagógicas em sala de aula.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Conforme apresentado no gráfico 4, os professores utilizam o dinheiro como prática pedagógica em sala de aula. Apenas um professor faz uso parcial deste conteúdo de maneira prática. Quando questionados em que situações e quais momentos desenvolvem o tema/conteúdo, respondem:

Tabela 1 - Sistematização das respostas discursivas dos docentes

Professor 1⁵	“Utilizando com função social, <i>simulando o pagamento para ações comuns na escola</i> , tomar água, lanche, ir ao banheiro, atendimento clínico”.
Professor 2	“Em nosso CAESP trabalhamos com atividades que envolvem o dinheiro, seja através de simulações e atividades práticas ”.
Professor 4	“ <i>Na sala de aula de maneira simulada</i> estabelece alguns valores para liberar determinadas atividades e/ou sair da sala, banheiro e etc. <i>Quando saímos com eles no comércio local</i> para que eles observem os valores e entendam, se a mercadoria está cara ou não, se o dinheiro que possuem é suficiente para realizar a compra de determinado produto”.

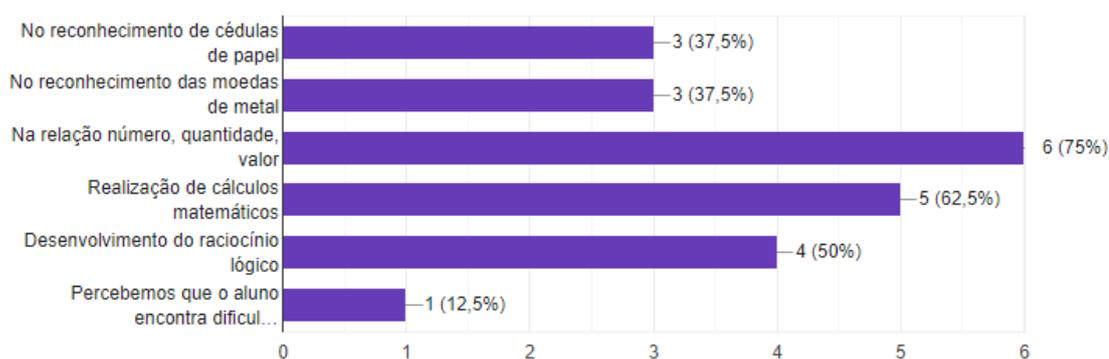
⁵ A escolha dos nomes (professor e número) é da autora como forma de preservação da identidade pessoal dos docentes participantes da pesquisa.

Professor 7	<p>“<i>Trabalhando com jogos que simulam compra e venda, e folders de lojas e mercados representando com notas xerocadas os valores das mercadorias. Também uma simulação em forma de brincadeira, onde se tem que pagar para ser atendido na clínica, para sair para o lanche, ir para educação física, também para tomar lanche e até para ir ao banheiro</i>”.</p>
-------------	---

Fonte: sistematização das respostas discursivas pela autora (2020).

A partir do questionário os docentes dizem utilizar diferentes estratégias no processo de ensino e aprendizagem do sistema monetário, porém é perceptível também que existem muitas dificuldades a serem superadas no que se refere às noções e habilidades monetárias por parte dos alunos.

São significativas as dificuldades que a pessoa com deficiência intelectual pode apresentar no âmbito escolar, o que foi possível constatar através do questionário e das estratégias utilizadas no dia-a-dia: generalizar, classificar, abstrair, analisar, memorizar entre outras dependendo de cada aluno. Segundo diferentes autores, o quadro da deficiência intelectual é fundamentalmente marcado por uma inteligência geral comprometida, o prejuízo cognitivo é a principal característica diagnóstica, destacando dificuldades no que se refere ao raciocínio lógico, capacidade de planejamento, solução de problemas, abstração, aprendizagem, memorização, coordenação visuoespacial e lateralidade, esquema corporal, atenção, capacidade expressiva (principalmente a verbal), percepção, ausência de autodirecionamento, entre outras. Também comprometimento de alguns aspectos, como responsabilidade, autonomia, regras sociais, iniciativa ocupacional, interdependência, segurança, controle emocional, desenvolvimento neuro-psicomotor, ausência de papéis sociais, interação, autocuidado. (AAIDD, 2011; CASTRO; ALMEIDA; FERREIRA, 2010; AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 1995; FLETCHER et al., 2009; MALLOY-DINIZ et al., 2010; SÁNCHEZ, 2008; TAVARES; ALARCÃO, 2005 apud SANTOS, 2012, p. 939). Porém, a escola tem o dever de atender todos os alunos, adaptando material, com práticas e estratégias diversificadas, e acima de tudo acreditando nas habilidades, aplicando estratégias individuais e coletivas que geram resultados positivos, no tempo do aluno, percebendo e buscando a superação de suas necessidades educacionais e o desenvolvimento das capacidades cognitivas e sociais.

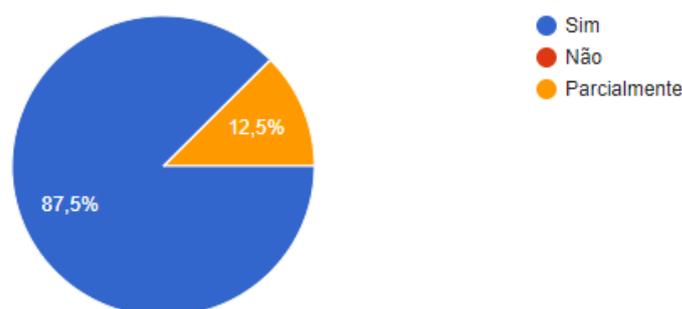
Gráfico 5 - Dificuldades relatadas pelos professores quanto às noções e habilidades monetárias

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Constata-se a partir do gráfico 5 que há necessidade de aprofundar o conhecimento referente às noções e habilidades monetárias, reconhecendo este conteúdo como uma prática voltada às necessidades cognitivas e sociais das pessoas com deficiência intelectual, os professores destacam que os alunos apresentam muitas dificuldades na relação que possuem com o dinheiro, seu uso social e, especialmente, quanto ao reconhecimento de notas e moedas.

4.4 Estratégias e ações utilizadas

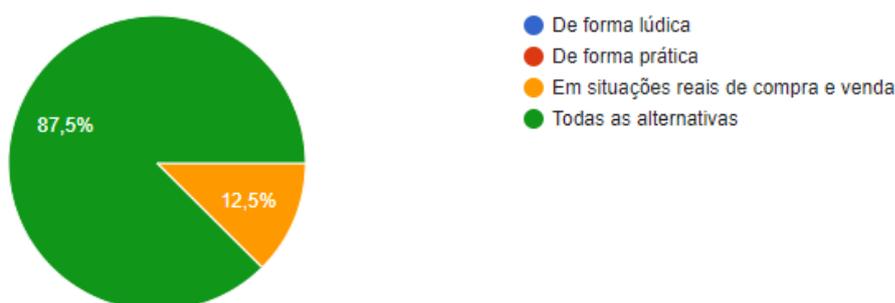
No SAE temos como um dos objetivos a participação social da pessoa com deficiência intelectual nas atividades socioescolares. Realizamos anualmente intervenções, entre estas, a **compra do presente de natal ao término do ano**, com recursos dos próprios alunos, vindo do comércio das atividades realizadas/confecionadas nos projetos desenvolvidos no CAESP, sendo esta uma das estratégias de ensino.

Gráfico 6 - Uso (ou não) de estratégias de ensino sobre o Sistema Monetário.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O gráfico 6 nos comprova que a maioria dos professores utiliza estratégias de ensino que envolvem o sistema monetário considerando relevante esta aprendizagem, conforme também destacadas nas respostas discursivas, em atividades diárias, “Trabalhando com **jogos que simulam compra e venda e folders de lojas e mercados**, representando com **notas xerocadas** os valores das mercadorias. Também simulação em forma de **brincadeira onde tem que pagar para ser atendido (...)**” (Professor 7).

Gráfico 7 - Forma de apresentação do conteúdo sobre o sistema monetário aos alunos



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Constata-se no gráfico 7, que sete dos oito professores questionados, trabalham o sistema monetário de forma prática e lúdica, em situações reais de compra e venda com seus alunos. Sendo que um professor trabalha somente em situações reais de compra e venda. Nas respostas discursivas puderam também descrever as estratégias que utilizam, conforme listadas na tabela abaixo:

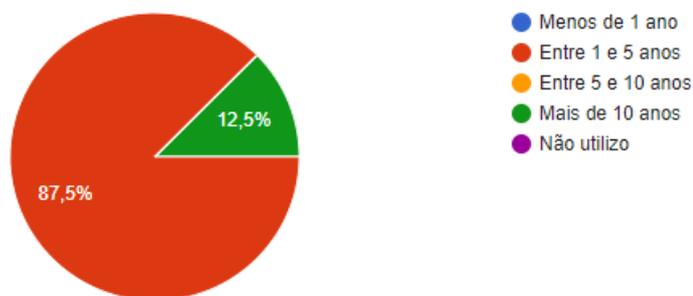
Tabela 2 - Sistematização das respostas discursivas dos docentes

Professor 3	<i>“Compra de insumos na panificação”.</i>
Professor 5	<i>“Participação na coleta, contagem dos recursos provenientes do troco solidário, nas compras no final do ano “presente de natal” e em atividades de simulação na instituição”.</i>
Professor 6	<i>“Temos alunos que moram de aluguel, que devem gerir seu salário para manter os gastos da casa, alimentação, água, luz e que nos sentimos responsáveis em colaborar para a compreensão da gerência do seu dinheiro”.</i>
Professor 8	<i>“Compras no comércio local onde cada aluno escolhe e experimenta nas lojas o que levar. Depois paga pelo produto escolhido e recebe seu troco”.</i>

Fonte: sistematização das respostas discursivas pela autora (2020).

Com o objetivo de investigar diferentes estratégias e práticas pedagógicas que possibilitem aos alunos com deficiência intelectual a aprendizagem do sistema monetário e uso do dinheiro como prática social, questionamos aos participantes da pesquisa a quanto tempo trabalham esse conteúdo com os educandos.

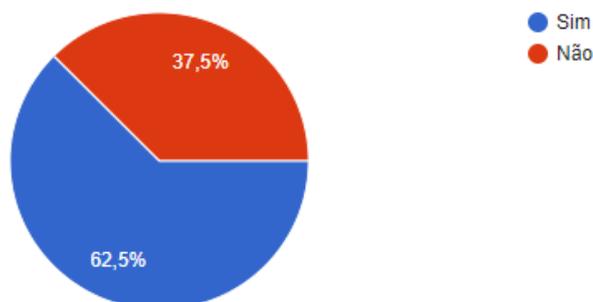
Gráfico 8 - Tempo que os professores utilizam estratégias que relacionadas ao SM



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

De acordo com o gráfico 8, um professor utiliza estratégias práticas para o ensino do sistema monetário há mais de dez anos. Os demais fazem uso desse conteúdo de forma prática entre um e cinco anos.

Gráfico 9 - Os projetos desenvolvidos geram/visam lucros?

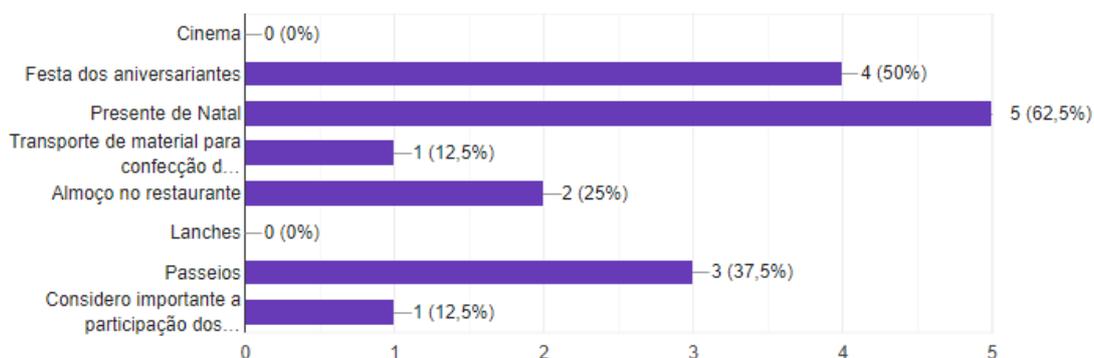


Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Cinco professores consideram que os projetos desenvolvidos geram ou visam lucros, enquanto três entendem que não, tratando-se de atividades planejadas anualmente e aplicadas aos alunos sem este objetivo específico, de acordo com o gráfico 9.

No CAESP são desenvolvidos projetos como estopas automotivas, artesanato, panificação, onde os produtos confeccionados pelos alunos a partir da mediação dos professores são comercializados e geram lucro (recursos financeiros) que são utilizados em práticas sociais planejadas envolvendo todas as turmas e alunos do SAE.

Gráfico 10 - Estratégias e atividades práticas desenvolvidas no CAESP com os recursos provenientes do lucro anual das turmas de SAE



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Os professores consideram como mais relevantes as atividades realizadas com as turmas dos SAE nesta ordem de importância: a) *presente de Natal*; b) *festa dos aniversariantes* (nesta atividade são envolvidos todos os alunos da escola e funcionários); c) *passeios*; d) *almoço no restaurante*; e, como menos relevantes, ficaram os *lanches*, *cinema* e *transporte de material* para confecção de estopas.

4.5 Possibilidades e desafios no ensino do Sistema Monetário

O ensino do sistema monetário se dá de forma gradativa, segundo os professores pesquisados, visto que existem muitas dificuldades a serem superadas pelos educandos, o que faz com que os professores busquem diferentes estratégias de aprendizagem no cotidiano, a partir da constatação dos diferentes níveis de aprendizagem.

Quando trabalhamos com pessoas com deficiência intelectual, as necessidades são muito específicas e o processo de ensino aprendizagem se dá de diferentes maneiras e em diferentes momentos. Cada aluno tem seu tempo e é preciso respeitar e agir com cautela, planejando ações e buscando auxílio das famílias para que haja progresso.

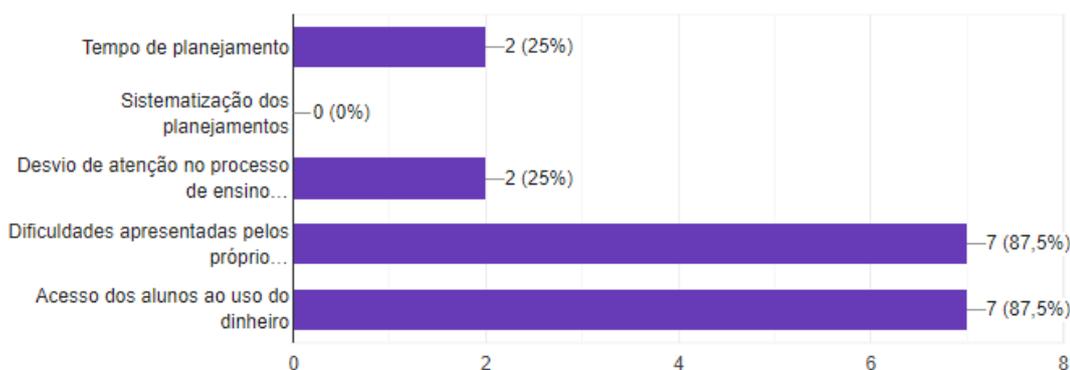
O tempo utilizado em média, para trabalhar o tema é de até uma hora nos momentos em que ocorrem esta abordagem. Entendendo que o tema é trabalhado no dia-a-dia, em situações reais de

venda de estopas, artesanatos e compras no supermercado de insumos para a panificação em duas turmas específicas onde ocorre estas práticas. Nas demais turmas a abordagem se dá em simulações de pagamento na sala de aula para tarefas comuns, de compras utilizando encartes de lojas, mercados, farmácia e em práticas sociais no comércio *local* porém em momentos específicos.

Em todas as turmas há material para estratégias de aprendizagem do Sistema Monetário, a maioria confeccionada pelos professores, que de acordo com a necessidade dos educandos, criam diferentes jogos pedagógicos para que haja diferentes possibilidades de ensino deste conteúdo, buscando atender os diferentes níveis de aprendizagem e a superação dos conhecimentos já adquiridos.

A percepção de mudanças na aprendizagem e socialização a partir das práticas e estratégias pedagógicas relacionadas ao SM é unânime entre os professores. Porém, há muitos aspectos a serem superados, conforme os destacados no gráfico 11:

Gráfico 11 - Dificuldades quanto ao desenvolvimento das práticas com o SM



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Entre as dificuldades destacadas pelos professores estão: **a) o não acesso dos mesmos ao uso do dinheiro** pelos alunos; **b) o tempo para planejamento** das atividades; **c) e o desvio de atenção no processo de aprendizagem** por parte dos educandos.

Sendo estes aspectos importantes a serem superados, o que nos desafia a buscar e entender novas metodologias, a ampliação de estratégias e o aumento de possibilidades de acesso diário às questões e *atividades que envolvam o uso do dinheiro, envolvimento das famílias nesse processo*, despertando maior interesse em aprender com base na necessidade desse aprendizado. “Os profissionais da instituição vem realizando um excelente trabalho em tornar as atividades de aprendizagem mais significativas, mas a maior dificuldade é representada pela própria dificuldade de abstração de alguns alunos” (Professor 5).

Quando nos colocamos como mediadores no processo de ensino e aprendizagem,

percebemos a importância de pensar o aluno de forma integral, com suas limitações, potencialidades, individualidades, partindo do conhecimento prévio sobre o assunto e dando sequência ao aprendizado de maneira positiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pessoa com deficiência intelectual deve estar incluída na sociedade, conhecendo e fazendo uso do dinheiro como prática social, entendendo como se processa esse recurso, exercendo seu direito enquanto cidadão, em um fazer crítico e reflexivo, sendo conhecedor da realidade, efetivando o processo de inclusão e entendendo sua importância. Faz-se necessária a participação da pessoa com deficiência intelectual, da família, da escola e da sociedade como um todo, estando abertos ao diálogo, proposições de estratégias e mudanças efetivas.

Almeja-se equidade nos espaços escolares, participação no mundo do trabalho, acessibilidade, espaços de aprendizagens e possibilidades de mudanças a partir de práticas pedagógicas e sociais necessárias para o desenvolvimento de habilidades, potencialidades e ampliação de saberes científicos.

Quando tratamos de questões tão específicas como o direito à igualdade de oportunidades a todos é na prática social que os resultados tornam-se positivos ou não. A pesquisa nos mostrou, através da coleta de dados, que é possível haver desenvolvimento e aprendizagem das pessoas jovens, adultas e idosas com deficiência intelectual moderada, desde que os profissionais estejam comprometidos com esta aprendizagem. Planejando conjuntamente, fazendo uso de estratégias pedagógicas eficazes em práticas diárias envolvendo o uso do dinheiro, partindo dos conhecimentos já adquiridos, ampliando-as através da ação docente, acreditando no potencial e nas habilidades dos educandos e na participação efetiva das famílias podemos avançar neste processo.

Pensar uma proposta de ensino voltada a todos, sem excluir nenhum aluno é uma estratégia significativa, pois no conjunto, todos evoluem e sentem-se parte do processo, embora o desempenho das etapas seja de acordo com o ritmo e a compreensão de cada um. O coletivo diminui as diferenças e, no final todos ganham, em capacidade, compreensão, respeito e direito de igualdade, com base em propostas sólidas e eficazes, em condutas éticas e comprometidas de cada profissional que tem atuado na instituição e desenvolvido conjuntamente todos os projetos que visam lucros e que são revertidos para os alunos, após um consenso de todos. Onde os professores não abriram mão desta iniciativa, que há alguns anos está gerando ganhos significativos aos alunos referentes à autonomia, independência, conhecimento, autogestão e auto-estima.

Pensar nas pessoas com deficiência intelectual é pensar a educação como processo, os resultados não são imediatos. Por isso, a necessidade de pensar esse aluno individualmente,

reconhecer seu potencial, e, sobretudo, acreditar que todos aprendem, depende das intervenções e oportunidades que lhes são apresentadas. Já a inclusão destas em práticas sociais demandam acreditar no potencial, promover diálogos, trocar experiências, oportunizar voz e vez, partindo do princípio de que todos somos limitados em algum aspecto. Ter empatia e respeitar, segundo Anahi Mello (2016), estamos constantemente dispostos ao julgamento moral que associa a capacidade unicamente funcional de estruturas corporais sob a avaliação do outro e, que muitas vezes, julgam as pessoas com deficiência como incapazes.

O SAE no CAESP de Ponte Serrada tem buscado desconstruir preconceitos através da ação educativa, onde os alunos jovens, adultos e idosos são o ponto de referência, desenvolvendo atividades e intervenções pedagógicas e funcionais coerentes com a realidade local, aprimorando as competências sociais, habilidades funcionais e cognitivas, ampliando os conhecimentos já adquiridos, bem como a participação familiar e social de maneira interdisciplinar. Ao construir um ambiente acolhedor, de aprendizagens significativas, respeito às capacidades, limitações, idade cronológica e ao tempo de cada aluno com intervenções e práticas adequadas às questões relacionadas à educação financeira, fazendo uso de diferentes estratégias e ambientes de ensino e aprendizagem tem possibilitado o desenvolvimento de independência e autonomia dos educandos.

Os professores são unânimes em afirmar que perceberam mudanças no processo de aprendizagem e nas questões sociais dos educandos a partir das práticas e estratégias de ensino aplicadas envolvendo o sistema monetário. O que nos faz pensar que estamos no caminho certo, trabalhando questões relacionadas ao dia-a-dia de nossos educandos, vivenciando momentos de participação e escolha no processo educacional, conceitos importantes na aprendizagem matemática na área da Educação Especial, com práticas voltadas à cidadania através do sistema monetário, contudo, necessitando de uma maior participação das famílias nesta ação, ampliando o acesso e apropriação dos conceitos para além da escola, em uma aprendizagem para a vida.

FINANCIAL EDUCATION IN SPECIAL EDUCATION: A PRACTICE BACK TO CITIZENSHIP WITH EMPHASIS ON THE MONETARY SYSTEM

ABSTRACT:

Young, adult and elderly people with moderate intellectual disabilities who attend Special Education institutions are often discredited, considered unable to learn, treated as children. This work investigated learning strategies used by teachers on Financial Education in Special Education: a practice focused on citizenship with an emphasis on the monetary system, aims at the development of students, their progress and overcoming in a process of inclusion in the educational

and social environment. The research had as a data collection instrument, a questionnaire applied to teachers through a Google Forms form referring to the pedagogical practices that these professionals use in the basic teaching of financial mathematics, in the classes of Specific Service (SAE), of the Educational Service Center Specialized (CAESP) of Ponte Serrada - SC, seeking to recognize strategies and social practices with positive results in the educational process as well the systematization of pedagogical practice in the institution. Through the research it is possible to perceive that the school is fulfilling the proposed objectives, however it is necessary the support of the family, so that the learning related to the monetary system as a social practice continues to show positive results in favor of people with intellectual disabilities and if expand to social relationships, family and community.

KEYWORDS: Financial Education; pedagogical and social strategies and practices; autonomy; person with intellectual disability

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 jul. 2020.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 15 out. 2019.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Educação Matemática: da teoria à prática**. Campinas: Papirus, 2016.

FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sergio. **Investigação em Educação em Matemática: Percursos Teóricos e Metodológicos**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

D'AMBROSIO, Ubiratan. Sociedade, cultura, matemática e seu ensino. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 99-120, jan./abr. 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ep/v31n1/a08v31n1> <https://www.scielo.br/pdf/ep/v31n1/a08v31n1>>. Acesso em 18 out. 2020.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência da autora**, 2007, disponível em

(http://www.museusacessiveis.com.br/arquivos/Down/20190204153017_e_que_c%C2%A9_deficic%C2%A9ncia_-_dc%C2%A9bora_diniz.pdf). Acesso em 20 out. 2020.

DINIZ, Débora. **Modelo social da deficiência: a crítica feminista**. Série Anis, Brasília, v.28, p. 1-10, 2003. Disponível em:

<[http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28\(diniz\)deficienciafeminismo.pdf](http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28(diniz)deficienciafeminismo.pdf)>. Acesso 22 out. 2020.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléia Mascarenhas. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 35-39, 01 out. 2005. Semestral. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania**. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____ Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos.

Investigar em Educação: Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Braga, v.1, n. 23

1, p. 35-50, jan. 2014. Disponível em: <http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/article/view/4>.

Acesso em: 16 set. 2019.

LORENZATO, Sérgio; FIORENTINI, Dário. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos**. 4ª edição. Campinas: Autores Associados, 2012.

MAURICIO, Suelen Santos; MARTINS JUNIOR, Luiz; MARTINS, Rosa Elisabete Miltz

Wypyczynski. A (des)territorialização da inclusão de pessoas com deficiência na modalidade da educação de jovens adultos: um mapeamento das pesquisas no período de 2010-2016. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 26, nº 2, p. 151-167, 22 jul. 2019. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v26n2p151-167>. Acesso em: 26 set. 2019.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, out. 2016. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232016001003265&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 set. 2020.

MELO, Fernanda Luiza Alves de; SILVA, Cíntia Mickaele da; WANDERLEY, José de Lima; ROCHA, José Mazinho Barbosa da; SILVA, José Jefferson da. **O MANUSEIO DO DINHEIRO E A PRÁTICA DA MATEMÁTICA FINANCEIRA PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**. In: III CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CONEDU. Natal: Realize, 2016. 10 p. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD1_SA7_ID6950_26072016. Acesso em: 18 out. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012. MOREIRA, Lília Maria de Azevedo. Deficiência intelectual: conceitos e causas. **Scielo Books: EDUFBA**, Salvador, v. 3, p. 35-41, jan. 2011. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/7z56d/pdf/moreira-9788523211578-06.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019.

SAITO, André Taue; SAVOIA, José Roberto Ferreira Savoia; SANTANA, Flavia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Ver. Adm. Pública vol. 41. Rio de Janeiro, nov./dez. 2007. Disponível <<https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000600006>>, acesso em 18 out. 2020.

SANTOS, Daísy Cléia Oliveira dos. **Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual** - Universidade Federal de Goiás, Educ. Pesqui., São Paulo, v. 38, n. 04, p. 935-948, out./dez. 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ep/v38n4/10.pdf> acesso em 19 out. 2020.

ZATTI, Tanara Terezinha Fogaça. **O sujeito jovem, adulto e idoso com deficiência intelectual: desafios do fazer pedagógico no CAESP Padre Adriano Temmink - APAE de Ponte Serrada - SC**. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação, Universidade Federal Fronteira Sul - UFFS: Erechim, 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1543/1/ZATTI.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.